



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150792 - AL (2021/0232253-2)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE** : ISMAEL SÉRGIO DE TORRES JÚNIOR (PRESO)  
**RECORRENTE** : JOSENILDO FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ISMAEL SÉRGIO DE TORRES JÚNIOR e JOSENILDO FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0800320-48.2020.8.02.9002).

Os recorrentes estão presos preventivamente pela suposta prática dos delitos de roubo majorado e tráfico de drogas.

Nesta via, a defesa sustenta inexistir motivação idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o constrangimento ilegal decorre da violação do princípio constitucional da presunção de inocência, na medida em que a simples gravidade abstrata dos delitos não pode servir para o tribunal ratificar a prisão preventiva.

Ao fim, salienta que o relaxamento da prisão deve ser concedido com base na Recomendação CNJ n. 62/2020, considerando o grave risco da segregação na atual fase de pandemia pela covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em primeiro lugar, resalto que a discussão relativa à necessidade de revogação da prisão preventiva com base na Recomendação CNJ n. 62/2020 não foi apreciada pela Corte de origem, na oportunidade do julgamento do *habeas corpus*.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.*

*[...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida*

supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No tocante aos demais fundamentos que embasaram o pedido de revogação da custódia preventiva, digo que, em juízo de cognição sumária, não se verifica flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva encontra-se fundada, em princípio, na garantia da ordem pública, na gravidade em concreto do delito, bem como a fim de evitar a reiteração delitiva por parte dos recorrentes, conforme se extrai do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fls. 81-83):

*11. Da leitura do excerto acima transcrito, verifica-se que a prisão preventiva foi decretada com base na garantia da ordem pública, notadamente diante da periculosidade dos pacientes e do risco concreto de que os mesmos, caso seja posto em liberdade, torne a delinquir, tendo em vista que responde a outros processos de mesma natureza (crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas).*

*12. Ora, tais elementos evidenciam que os pacientes são pessoas propensas à reiteração criminosa, bem como que a substituição da prisão preventiva decretada por outras medidas cautelares não seriam suficientes para resguardar o meio social, tampouco para conter o ímpeto delitivo por eles demonstrados*

*13. Na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as mencionadas circunstâncias são reconhecidamente aptas a ensejar a segregação cautelar, como se depreende de inúmeras decisões proferidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, na mesma linha do acórdão a seguir ementado:*

*(...)*

*14. Diante de tudo isso, constata-se, sem grandes dificuldades, a inexistência de irregularidade quanto à motivação lançada pela autoridade apontada como coatora, uma vez que a decretação da segregação preventiva dos pacientes se pautou em elementos concretos que indicam, em tese, as suas participações nas práticas dos crimes de roubo majorado e tráfico de drogas, tendo o Magistrado observado que a materialidade e os indícios de autoria, formadores do pressuposto *fumus commissi delicti*, restaram caracterizados.*

*15. Com efeito, vê-se que os argumentos apontados na decisão demonstram a gravidade concreta do delito e a periculosidade dos agentes, de modo que, uma vez presentes os requisitos para a decretação da prisão processual, acertadamente agiu o Magistrado de 1º Grau, havendo razões suficientes para decidir pela impossibilidade de aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.*

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.  
Dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência